

GRAMÁTICA: PUREZA DA LÍNGUA

Cristina Brito (FGS)

Primariamente entende-se por sociedade o conjunto de indivíduos que vivem num certo período de tempo e espaço, seguindo normas comuns e ligados por um sentimento de grupo. Desenvolvem uma cultura, no sentido que a este termo dão antropólogos. Pode-se admitir, sem maiores problemas, que todos os membros da sociedade nascem com a faculdade da linguagem. Já a língua é produto de uma série de convenções e de valores sociais, de regras que tornam possíveis as codificações e decodificações, ou seja, uma intercomunicação interpessoal e até mesmo intrapessoal só aberta aos que dominam o código, assegurando a sobrevivência e união das sociedades.

Deixo desde logo claro que não reduzo a língua a apenas instrumento para a comunicação, pois sabemos quão forte é a adesão da língua ao pensamento. Mas, neste momento o meu foco está na comunicação, finalidade última da língua.

No instante em que o falante utiliza a língua, há de planejá-la para que sua mensagem alcance os objetivos pretendidos... Daí resultando a necessidade de se valer da regra que é determinada pela razão, pelo costume, envolvendo o modo correto ora de falar, pensar, raciocinar, agir, numa situação específica.

Dessa forma, no aspecto social, as regras lingüísticas referem-se ao comportamento dos indivíduos, compondo o conjunto de valores que são transmitidos de uma geração para outra.

Os procedimentos lingüísticos que levam o usuário a obter um determinado resultado podem, em sentido amplo, ter paralelo com as fórmulas (modo de proceder para alcançar determinado fim) de Física, Química, Matemática que sem perceber acompanham-nos em nosso cotidiano, como, por exemplo, quando é necessário atapetar o escritório e aplica-se a fórmula $A = l \times l = l^2$ a fim de obter a área da sala a ser atapetada ou, ainda, quando resolvemos prever a velocidade média a ser desenvolvida para ir do Rio de Janeiro a São Paulo com tranqüilidade e segurança:

$$V\Delta = \underline{\Delta}s \text{ (deslocamento)}$$

Δt (intervalo de tempo)

Na verdade, praticamente tudo a nossa volta gira em torno de indicações a serem seguidas como *bula* do remédio que traz as informações acerca da composição e posologia; ou a *norma* que é a medida para a realização ou avaliação de alguma coisa, por exemplo, a *norma técnica* que fixa padrões reguladores visando garantir a qualidade do produto industrial, a racionalização da produção, transporte; ou o *código* que é a compilação de várias leis, regras ou preceitos sobre forma de conduta – o código de civilidade; ou a *fórmula* em uma receita médica onde são indicadas as substâncias que devem compor um determinado remédio e as quantidades de cada elemento; ou a *receita* que contém a indicação das quantidades dos ingredientes e a sua maneira de preparar aquele assado ou o doce.

Enfim, há indivíduos que querem saber ora a *fórmula* do sucesso para enriquecer rapidamente; ora conheceras *leis* para então burlá-las convenientemente; ora as *regras* do jogo “para se dar bem”; ora o *código* da “galera” para fazer parte do grupo; ora as *normas* da empresa para garantir o emprego; ora, em outros tempos, a *receita* da vovó para conquistar o amado pela boca.

Assim constatamos que o mundo hoje ou ontem sempre esteve pautado em leis, normas, regras, fórmulas, códigos, receitas, esta última muitas vezes apresentando-se de forma requintada, complicada e nem por isso se deixa de fazê-la, só pelo prazer dos elogios ao final. O mesmo se dá com a *gramática* que nada mais é do que a norma, regra, lei, fórmula, principalmente a receita do bem falar e escrever, sendo uma forma única e requintada para todos de uma sociedade.

É fundamental que se tenha claro que o falante para utilizar a linguagem precisa conhecer o assunto sobre o qual pretenda falar, a língua para que possa apresentar seu conhecimento de forma lingüisticamente adequada, além de deter o conhecimento da estrutura de texto para enfim compô-lo.

É importante que o falante compreenda, conheça as formas de representar o mundo exterior, as relações entre os seres humanos, os outros povos e os outros indivíduos; da mesma forma as religiões com seus tabus também entram na cultura de um povo; além da

maneira convencional como um povo julga outros e, portanto, todos os preconceitos que a ela se ligam igualmente. Tais elementos compõem um conjunto complexo das representações, dos juízos ideológicos e dos sentimentos que se transmitem no interior de uma sociedade. Dessa forma o estudo lingüístico implica a descrição de uma cultura e a *língua* é o instrumento de comunicação, específico aos membros de uma mesma comunidade; e, por fim, no interior de uma mesma língua, distinguem-se dois meios diferentes de comunicação, cada um apresentando um sistema próprio: a língua escrita e a língua falada.

A *língua* é fruto de um contrato coletivo, ao qual todos os falantes da comunidade devem submeter-se em bloco, caso queiram se comunicar. Então, ela é resultado de um conjunto de palavras e expressões usadas por um povo, por uma nação, e o conjunto de regras forma a sua gramática.

Segundo Celso Cunha em *Uma política do idioma*:

A língua é um conjunto de sinais que exprimem idéias, sistema de ações e meio pelo qual uma dada sociedade concebe e expressa o mundo que a cerca, é a utilização social da faculdade da linguagem. (1984: 25)

Acompanhando a Celso Cunha (1981: 12), quando afirma haver duas formas como conceber a aprendizagem da língua, isto é, o esforço para apropriar-se do seu mecanismo, primeiro, a aprendizagem da língua materna, que é uma forma de linguagem transmitida, iniciando-se na infância e só terminando com a morte do indivíduo; e a segunda que se denomina adquirida, que se realiza por aprendizagem.

John Lyons (1982: 24-25) lembra-nos de que todas as grandes línguas literárias derivam da língua falada, além de em sua visão ser uma questão de acidente histórico o fato de o uso de uma região ou de uma classe social servir de base para o desenvolvimento de uma determinada língua padrão. Mas se sabe concretamente que a língua é um instrumento de comunicação interpessoal, logo sujeita a falhas e complicações, isto é, construções complexas em sua montagem – entenda-se a elaboração de texto – aí, necessitando, como qualquer outro aparelho, de um *manual* que ajude ao falante utilizá-la corretamente. E é exatamente aqui que se encontra o papel da *gramática*, que é a apresentação metódica dos fatos pertinentes à

linguagem falada e escrita, como também das leis naturais que a regulam, enfim, as *regras* para o uso da linguagem.

Vendo-a de tal forma, a *gramática* é, em verdade, o livro de *receitas* que pode ir até ao terreno das boas maneiras, como se pode entender no conselho dado por Celso Cunha no capítulo *extensão de emprego dos pronomes retos*: quando no sujeito composto vier um pronome de primeira pessoa do singular “*é boa norma de civilidade colocá-lo em último lugar*” como, por exemplo, em *Paulo, Joana e eu fomos a Ouro Preto*. Porém, se o declarado contiver algo de desagradável ou importar responsabilidade, devemos iniciar a série pela primeira pessoa, como em *Eu, Paulo e Joana cometemos a fraude*. Alerta que o uso de tal pronome requer parcimônia, pois o seu emprego imoderado provoca sempre a impressão de imodéstia por parte do emissor.

Exemplifico essa maleabilidade da língua, a serviço da psicologia de seus usuários, com o caso do imperativo, que em sua forma padrão, apresenta-se excessivamente duro para a realidade de usuários brasileiros.

A língua portuguesa possui diversos mecanismos estilísticos que podem ser usados ora para reforçar, ora para atenuar a idéia expressa pelo imperativo. Além de tais mecanismos, há de considerar o tom de voz, que nas formas afetivas da linguagem é ponto fundamental.

Sendo assim os casos a seguir confirmam a idéia apresentada:

1. o emprego do verbo no presente em vez do imperativo ou futuro – denotando intimidade ou um pedido

Ex.: Você decide isto amanhã. (= Decida isto amanhã).

(Você decidirá isto amanhã.)

2. o uso do verbo querer mais infinitivo do principal

ex.: *Quer me dar* minha carteira? (C.D. A)

3. o uso do imperfeito pelo presente – caracterizado como imperfeito de cortesia

ex.:Eu queria pedir um grande favor.

4. muitas vezes por motivos social e moral, evita-se ferir a suscetibilidade do interlocutor com a aspereza de uma ordem. Assim, para atenuar a noção de comando, deve-se ressaltar o emprego de *fórmulas* de gentileza ou de civilidade: por favor, por gentileza, tenha a bondade, etc.

ex.: Por favor, sentem e aguardem mais um instante

(= Sentem-se e aguardem...)

É claro que também aqui o tom de voz é de suma importância. Qualquer uma dessas frases pode, não obstante as *fórmulas* de cortesia empregadas, tornar-se rude e seca, ou mesmo insolente, com a simples mudança de entonação. Além de o falante brasileiro sentir ao usar o imperativo um grande desconforto, por entrar em choque com o modo de ser do povo, aquele jeito sempre cheio de camaradagem, negaceador.

Em português, como nas demais línguas românicas, há o predomínio da ordem direta, isto é, os termos da oração dispõem-se preferentemente na seqüência (sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto ou sujeito + verbo + predicativo)

Porém, se se pretende destacar a forma do sujeito, a sugestão é que se posponha o sujeito ao verbo.

ex.: Não vêes o que te dou eu? (V.Morais)

Deve-se agir de modo inverso, quando o objetivo for realçar o predicativo, o objeto, ou o adjunto adverbial, quer dizer, a regra aqui é a antecipação do termo ao verbo.

ex.: *Indecisa* era (estava) a platéia

A ele restava somente o meu carinho e constância.

Ali, bem no meio da floresta, nascia o grande espetáculo.

Embora na língua diária seja freqüente a construção com pronome pessoal reto, a *gramática* aconselha o emprego das formas oblíquas tônicas depois da preposição *entre*.

ex.: A briga entre mim e o magistrado foi acirrada.

Assim, a norma culta de uma língua é, do ponto de vista histórico-geográfico, apenas o falar próprio de uma região, e, do

ponto de vista social, é apenas o falar de um grupo (escritores, políticos, etc), que “tendo adquirido certo prestígio” tornou-se “o instrumento da administração, da educação e da literatura” (Lyons 1971:26-27).

Claro que nem sempre se torna fácil a distinção entre o que é admissível, aceitável, gramatical em uma língua, e o que é matéria de escolha por parte do falante. Por outro lado, a linguagem popular, freqüentemente criticada por seus “barbarismos”, não é simplesmente arbitrária, ela possui a suas regras (Lyons 1971:28).

Se observarmos as palavras de Saussure quando compara a língua ao jogo de xadrez dizendo que “de um lado e de outro lado estamos em presença de um sistema de valores e assistimos às suas modificações”, por exemplo, em *Ela é uma Amélia* ou em *Coisíssima nenhuma me obrigará a tal sujeição*, constata-se então que o que se procura mostrar é que o que é modificado é a rede de forças e não o sistema, quer dizer, os substantivos entendidos como sistema permanecem em seu papel, enquanto rede de força – função – aqui funcionam como adjetivo, onde em *Amélia* como adjetivo passa a ser um atributo daquela que suporta tudo sem esboçar desagrado em qualquer situação; em *coisíssima* além de assumir aqui o papel de adjetivo ainda vem intensificado no superlativo absoluto, passando a idéia de nada, absolutamente nada. O mesmo não ocorrendo no jogo de xadrez, onde o deslocamento de uma peça interfere no equilíbrio do sistema.

È sabido que o advérbio tradicionalmente não se flexiona, entretanto na linguagem coloquial há muito ocorre o inverso.

ex.: Moras *pertinho* do meu coração.

Amanhã chegarei *cedinho*.

É claro que na língua há um uso coloquial culto, um uso familiar, um uso popular regional, um uso grupal, um uso afetivo, um uso infantil, um uso intelectual, enfim um uso estilístico. Todos os usos convivem na língua em situações bem definidas; assim, em cada um desses setores estabelece-se uma certa tradição, um costume lingüístico que solidariza os interlocutores. Embora haja tal multiplicidade de usos, a língua culta é o ponto de referência, o ponto de encontro das variantes regionais, sociais, grupais. E em

conseqüência a *gramática* apóia-se no uso literário, no uso coloquial culto, no uso estético, porque a linguagem nesse campo é adquirida e não transmitida.

Ao partir-se da idéia de que a *gramática* é o registro das formas, modelos encontrados em grupos de prestígio dentro da sociedade lingüística, paralelamente nasce a idéia de correto e incorreto, e, na visão de Celso Cunha, tais conceitos aumentam a distância entre as classes, exatamente quando há necessidade de aumentar a unidade.

No entanto, o conceito de correto existe exatamente para que se tenha um ponto comum entre o emissor e o receptor, um fator fundamental que agilize, tornando compreensível a comunicação; o fator que possibilita semelhante intercâmbio é a norma lingüística, que é em última instância cobrada pela própria comunidade lingüística.

Quer se veja a *gramática* sob o ponto de vista de um *guia* de caminhos, de um *manual* de instruções, de um *código* de regras ou leis, de uma *bula* com instruções, de *normas* a serem seguidas, de uma *fórmula* mágica para o sucesso, de uma *receita* dos procedimentos a serem seguidos, a *gramática* em verdade registra as formas e as possibilidades que a língua oferece a todo falante da comunidade lingüística de uma língua, um *roteiro* para que o falante domine razoavelmente as possibilidades que a língua proporciona a qualquer falante que assim o deseje.

A *gramática* não representa o registro da pureza da língua; o seu papel é de estruturação da língua – os mecanismos e as diversas opções – para aqueles que pretendem comunicar-se com eficiência, ou seja, obtendo compreensão perfeita por seus interlocutores.

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo C. *O poliglota de uma língua só*. Entrevista dada ao Jornal do Brasil em 16 / 7 /2002 Caderno B.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática – referente à Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro. J.Ozon, 1970.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

———. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

———. *Língua, nação e alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

———. *Língua Portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

HOLANDA, A. Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. 23ª impressão revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, Antônio. *A crise de nossa língua*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

LYONS, John. *Língua(gem) e Lingüística uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Brasil. Departamento de Imprensa Nacional, 1967.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. (org. Charles Bally e Albert Sechehaye). 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1970.